



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90042/2026

Processo nº 03910048.000309/2025-91

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90042/2026

UASG: 925538

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática - Tablet, Notebook, Impressora, Microcomputador, Estabilizador, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/05/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 10:00 horas

LOCAL (PLATAFORMA): Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, [POR ITEM](#).

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

1. **DO OBJETO**
2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
3. **ORÇAMENTO ESTIMADO**
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
7. **DA FASE DE JULGAMENTO**
8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
9. **DO TERMO DE CONTRATO**
10. **DOS RECURSOS**
11. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
13. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
14. **DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO**
15. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
16. **DO REAJUSTE**
17. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

(Processo Administrativo nº 03910048.002725/2024-42)

A Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, responsável pela fase externa das licitações, através de sua Pregoeira Oficial, designada pelo [Ato nº 101/2024](#), em conformidade com a Portaria nº 299 - GS/SEAD, de 02 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão

na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de equipamentos de informática - Tablet, Notebook, Impressora, Microcomputador, Estabilizador, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 07 ITENS, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que pretende disputar.

Participação	ITEM	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Exclusiva de ME, EPP e equiparadas.	1	Tablet	487693	Unidade	06	R\$ 4.652,87	R\$ 27.917,24
Exclusiva de ME, EPP e equiparadas.	2	Notebook	618642	Unidade	01	R\$ 7.925,50	R\$ 7.925,50
Exclusiva de ME, EPP e equiparadas.	3	Impressora	615988	Unidade	10	R\$ 3.708,37	R\$ 37.083,67
Ampla concorrência	4	Microcomputador	622948	Unidade	35	R\$ 7.430,91	R\$ 260.081,85
Exclusiva de ME, EPP e equiparadas.	5	Estabilizador	324817	Unidade	24	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00

1.3. Com **exceção do item 04** - Microcomputador, que será de ampla concorrência, os demais serão de participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas.

1.4. O tipo de julgamento da licitação será **MENOR PREÇO, POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Em caso de divergência entre as condições ou exigências do Edital e as do Termo de Referência, prevalecerá o que estiver descrito no Termo de Referência. E com relação às especificações e descrições dos itens a serem adquiridos informamos que prevalecerão todas as regras e definições estabelecidas no Termo de Referência, em comparação aos bens cadastrados que são sugeridos pelos catálogos da plataforma Comprasgov. Portanto, as cotações dos itens da licitação devem ser feitas com base nas especificações previstas no Anexo I do Edital.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.7. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da Lei nº 14.133 e do Decreto nº 32.449/2023 (inciso II, do art. 80), uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação na licitação não será exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o valor do ultrapassa R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme dispõe o artigo 42º, da LCE 675/2020. E o Setor técnico opta pela **não aplicação da reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), conforme justificativa constante nos autos do processo. (Justificativa 36955921).**

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. É permitida a participação de empresas em consórcio, observadas as disposições previstas no art. 15, da Lei 14.133/2021.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. sociedades cooperativas;

2.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.5 e 2.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.5 e 2.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação é R\$ 340.208,25 (trezentos e quarenta mil duzentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e

a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$);
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.
- 5.14. *Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se*

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser: **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. **O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.**
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. empresas brasileiras;

6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em lote, a contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.19. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.23. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, mediante a declaração de autenticidade por advogado, sob sub responsabilidade pessoal” (art. 12, IV, da Lei 14.133/2021), ou por assinatura digital em meio eletrônico, desde que mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, §2º, da Lei 14.133/2021).

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas , para:
- 8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://sei.rn.gov.br>, após o cadastro do representante legal da licitante no sistema SEI/RN através do link: https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial

quando:

- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas

eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsesed@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede da Secretaria de Estado da Administração do RN (SEAD/RN), no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Bloco 08, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

13.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.2. O prazo de entrega dos bens é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

13.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN, na nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte.

RECEBIMENTO DO OBJETO

13.5. Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento.

13.6. Os bens serão recebidos provisoriamente - após a montagem e inspeção dos itens, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente - pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

13.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.11. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.13. A Equipe de Fiscalização do Contrato designada, no termo definitivo, realizará o atesto das notas fiscais

13.14. Para fins de recebimento e avaliação do objeto, além dos já informados, deverão ser observados critérios objetivos como:

- a) Compatibilidade com as especificações.
- b) Quantidades previstas.
- c) Atendimento ao prazo de entrega estipulado.
- d) Garantias dos objetos estipuladas neste Termo de Referência.
- e) Aspecto visual dos objetos.
- f) Conferência dos certificados e/ou certidões exigidas no momento da entrega.

13.15. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

13.16. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.17. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.18. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.19. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.20. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

13.21. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

13.22. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

13.22.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

13.22.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

13.22.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

GESTOR DE CONTRATO

13.23. O gestor do contrato acompanhará o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, VI).

13.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, II).

13.25. O gestor do contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

13.26. O atual processo será fiscalizado pela seguinte equipe de servidores, conforme Notificação (32533302).

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.27. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

13.27.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

13.27.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

13.27.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

13.27.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

13.27.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

13.27.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

13.27.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

13.27.8. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

13.27.9. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência - situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

LIQUIDAÇÃO

14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Comissão de Recebimento Definitivo, após a conclusão do recebimento provisório pela Equipe de Fiscalização do Contrato, correrá o prazo de **10 (dez) dias** úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

14.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 14.3.1. o prazo de validade;
- 14.3.2. a data da emissão;
- 14.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 14.3.5. o valor a pagar; e
- 14.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

14.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

14.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

14.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para correção monetária.

14.13. Assim, adota-se, como índice de reajuste, o IPCA - índice de preços ao consumidor, para assegurar a legalidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, nos termos dos arts. 5º e 92 da Lei nº 14.133/2021.

FORMA DE PAGAMENTO

14.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

14.18. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

14.18.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

14.19. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

14.20. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

14.21. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

14.22. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

15. DO REAJUSTE

15.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) para correção monetária.

15.2. Assim, adota-se, como índice de reajuste, o **IPCA** - índice de preços ao consumidor, para assegurar a legalidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, nos termos dos arts. 5º e 92 da Lei nº 14.133/2021.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Comprovações exigidas

16.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

16.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

16.2.2. Cotas para Aprendizizes: (RN APRENDIZ)

16.2.2.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto 31.902, de 09 de setembro de 2022).

16.2.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

16.2.2.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

16.2.3. Cotas para Deficiente Físico:

16.2.3.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

16.2.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

16.2.3.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos:

16.12.1. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e

16.12.2. <https://www.compras.rn.gov.br/> Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte.

16.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

Maretânea Medeiros de Araújo
Pregoeira

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



Documento assinado eletronicamente por **MARETANEA MEDEIROS DE ARAUJO, Pregoeiro(a)**, em 05/05/2026, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41084318** e o código CRC **5F44E3C9**.



POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua dos Campos, s/n - Bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59072-103
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 03910048.000309/2025-91

Processo nº 03910048.000309/2025-91

Projeto nº DFD (id. 32533243)/2025 - SESED/RN

Solicitante: Polícia Científica do Rio Grande do Norte

Instituição a ser beneficiada: Polícia Científica do Rio Grande do Norte

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de informática nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	CATMAT	CÓD PMC - TIC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Tablet	487693	-	Unidade	06	R\$ 4.652,87	R\$ 27.917,24
2	2	Notebook	618642	-	Unidade	01	R\$ 7.925,50	R\$ 7.925,50
3	3	Impressora	615988	-	Unidade	10	R\$ 3.708,37	R\$ 37.083,67
4	4	Microcomputador	622948	-	Unidade	35	R\$ 7.430,91	R\$ 260.081,85
5	5	Estabilizador	324817	-	Unidade	24	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 340.208,25	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da Lei nº14.133 e do Decreto nº 32.449/2023 (inciso II, do art. 80), uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

O item solicitado deve possuir as seguintes especificações técnica:

Lote	Item	Descrição	Especificações
1	01	Tablet	<ul style="list-style-type: none">Tela: superior a 10"Memória Ram: Mínimo 8 GBArmazenamento Interno: 128 GB ou superiorArmazenamento Externo (Cartão MicroSD): 500 GB ou superiorProcessador: Android 14 ou superiorCâmeras: 8 MP ou superiorResolução de tela: Full HD (1920X1200) ou superiorTaxa de atualização de tela: mínimo de 90 HzConectividade: Wi-Fi / 5g / BluetoothSistema Operacional: ProprietárioBateria: Autonomia de 8 horas de uso moderadoCarregamento rápido: no mínimo 30 W com fioIncluído caneta touch compatível e capa protetora

			<ul style="list-style-type: none"> • Incluído Carregador • Garantia: 36 meses • Referência: Tablet Samsung Galaxy Tab S9 FE Wifi
2	02	Notebook	<ul style="list-style-type: none"> • Processador com no mínimo <i>Average CPU Mark</i> de 16000 pontos. • Memória Cache mínimo de 4 MB; • Tela: 14" ou superior • Interatividade Da Tela: Sem Interatividade • Memória Ram: 8 GB ou superior • Núcleos Por Processador: 4 ou superior • Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB • Armazenamento Ssd: 500 ou superior • Bateria: Autonomia de 12 horas de uso moderado • Alimentação: Bivolt Automática, com cabo de alimentação incluso • Sistema Operacional: Proprietário - Windons PRO 11 • Teclado: Padrão ABNT2 • Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth, USB-C, HDMI, USB • Webcam • Garantia: 36 meses • Referência: Notebook ASUS Vivobook 15, Intel Core i5 12a geração, 8GB, 512GB SSD, Windows 11 Home, 15,6" LED FHD, Quiet Blue
3	03	Impressora Laser	<ul style="list-style-type: none"> • Fotocopiadora Impressora Tipo: Digital • Padrão Cor Impressão: Preto • Processo Impressão: Laser • Capacidade Impressão: 22 PPM • Resolução: 600 X 600 DPI • Padrão Conectividade: Usb 2.0 e Wifi • Compatibilidade: Windows e outros • Tensão Alimentação: 110/220 V • Características Adicionais: Com Porta Paralela / Usb • Impressão Duplex (frente e verso): Automática, proporcionando economia de papel e facilitando a impressão de documentos frente e verso de forma eficiente. • Tipo de Papel Suportado: Suporta tamanhos A4, A5, Carta, Ofício e Envelopes. • Garantia: 36 meses • Referência: Impressora Multifuncional HP LaserJet Tank 2602sdw
4	04	Microcomputador	<ul style="list-style-type: none"> • Processador: com desempenho mínimo equivalente a Average CPU Mark de 16.000 pontos, aferido pela base de dados pública do PassMark CPU Benchmark, ou superior. Deverá possuir mínimo de 4 (quatro) núcleos físicos, arquitetura 64 bits, suporte a virtualização por hardware e compatibilidade com tecnologias de gerenciamento corporativo. • Memória Ram: 8 GB ou superior, padrão DDR4 ou superior. • Núcleos Por Processador: 4 ou superior • Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB • Armazenamento Ssd: 500 GB ou superior, preferencialmente em padrão NVMe • Monitor: 23 a 24", resolução Full HD (1920x1080), proporção 16:9, taxa de atualização mínima de 100 Hz, entrada HDMI. • Componentes Adicionais: Com teclado padrão ABNT2, mouse óptico, cabos necessários para conexão do monitor e cabo de energia. • Sistema Operacional: Proprietário - Microsoft Windows 11 Professional, original e devidamente licenciado. • Conectividade: Portas USB, saída HDMI, conectividade Wi-Fi integrada e Bluetooth integrado. • Segurança de Hardware: Deverá possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 integrado à placa-mãe, compatível com recursos de segurança do Windows 11, incluindo criptografia BitLocker e Secure Boot. • Placa-mãe e BIOS: A placa-mãe deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas placas de fabricantes terceirizados comercializadas no mercado de varejo.

			<p>A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, com comprovação de propriedade intelectual ou copyright, compatível com o padrão UEFI versão 2.6 ou superior, permitindo configuração de segurança, atualização e gerenciamento corporativo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 36 meses • Gabinete: Ultracompacto, adequado para ambientes corporativos, com identificação externa por número de série único de fábrica. • Customização do Equipamento: O gabinete deverá possuir identificação institucional permanente, mediante gravação a laser do brasão ou logomarca da instituição contratante diretamente no chassi do equipamento, realizada em processo industrial pelo fabricante ou integrador autorizado. • Certificações: O equipamento ou fabricante deverá possuir conformidade com normas internacionais de qualidade e segurança, tais como ISO 14001, IEC 60950 ou equivalente de segurança elétrica, IEC 61000 (compatibilidade eletromagnética) e certificação de emissão de ruído conforme ISO 7779 / ISO 9296, ou equivalentes. • Referência: OptiPlex Micro + Monitor Dell Pro 24 Plus + Suporte All-In-One para OptiPlex Micro - MFS22
5	05	Estabilizador	<ul style="list-style-type: none"> • Tensão Alimentação Entrada: 115/220 V • Fusível Rearmável • Proteção P/Linha Telefone, Intern • Frequência: 60 HZ • Tipo: Microprocessado Risc/Flash C/8 Estágios Regulação , • Quantidade Tomadas Saída: 4 Padrão Nema 5/15 • Leitura: Rede Normal, Alta E Baixa Crítica • Tensão Saída: 115 V, • Variação Saída: +/- 6% • Normas Técnicas: Nbr 14373 • Capacidade Nominal: 1000 V • Garantia: 36 meses

2.2. ENTREGA DOS ITENS

2.3. Os bens devem ser entregues de forma conjunta e única nos endereços das regionais em até **90 (noventa) dias** corridos contados a partir da assinatura do contrato.

2.4. Locais de entrega:

Endereço	Cidade/UF
Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN	Natal/RN

2.5. O horário da entrega é: de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 às 14:00.

2.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A solução de TIC consiste em adquirir equipamentos de informática (tablet, notebook, impressora, microcomputador e estabilizador) para as salas de atendimento a mulheres vítimas de violência.

3.2. A aquisição dos equipamentos de informática representa um investimento estratégico de longo prazo, essencial para o atendimento das periciandas, assim como o seu conforto e a produtividade dos servidores públicos no âmbito da Polícia Científica do Rio Grande do Norte (PCI/RN).

3.3. A Lei Complementar nº 571/2016 e a nº 669/2020 do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Científica do Rio Grande do Norte (PCI/RN), define que a função do órgão é:

"I - exercer, com exclusividade, as atividades de perícia oficial de natureza criminal;

II - exercer as atividades de identificação civil e criminal, necessárias à segurança pública, aos procedimentos pré-processuais e aos processos judiciais;

III - desenvolver estudos e pesquisas tendentes a aprimorar a qualidade dos exames periciais e de todos os procedimentos compreendidos na área de atuação dos seus agentes;

IV - emitir, com exclusividade, a Carteira de Identidade civil no Estado do Rio Grande do Norte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 669/2020)

V - coordenar, controlar e supervisionar os trabalhos de perícia técnico - científica nas áreas de medicina legal, criminalística, identificação civil e criminal em apoio ao Poder Judiciário; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VI - congregar as atividades dos Institutos de Medicina Legal, de Criminalística e de Identificação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VII - promover intercâmbios com instituições de ensino superior e outras instituições de pesquisa científica e tecnológica; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VIII - estabelecer políticas de qualificação continuada e valorização profissional dos servidores do órgão, estimulando a convivência cidadã e o respeito ao funcionalismo público e à sociedade; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

IX - exercer outras atividades correlatas, necessárias à aplicação da legislação penal e administrativa. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)"

3.4. Logo, a PCI/RN é um órgão que presta serviços de segurança essenciais a população norte-riograndense de forma exclusiva, atendendo a mais de 3 milhões de pessoas por meio de 4 unidades regionais localizadas em Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. Dentre os serviços prestados pelo órgão, há atendimentos a mulheres vítimas de violências que estão passando por exames periciais no órgão.

3.5. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança, 47,4% das mulheres vítimas de violência não fizeram nada após o episódio mais grave de violência sofrido por ela, ou seja, não houve nenhum desdobramento após a agressão. Isso tem como uma provável consequência das vítimas, frequentemente, se verem deslocadas, desamparadas e expostas a ambientes que podem intensificar o sofrimento psicológico e emocional.

3.6. Assim, é necessário que haja espaços adequados para seus atendimentos, espera-se que haja redução dessa experiência de vulnerabilidade, ao proporcionar um ambiente mais seguro e acolhedor, contribuindo para que as vítimas possam relatar sua experiência sem medo de julgamento, e com o apoio necessário para lidar com o trauma. Este aspecto humanizado é essencial para a diminuição do estigma que muitas vítimas enfrentam ao buscar ajuda, já que a violência muitas vezes vem acompanhada de vergonha, culpa e medo.

3.7. A importância de um espaço adequada reflete um compromisso social com a dignidade, o respeito e o bem-estar das vítimas, trazendo uma visão sensível à necessidade de dar suporte emocional e psicológico a quem vivencia situações traumáticas, em contextos de violência doméstica, sexual ou de gênero, entre outros.

3.8. Esses espaços funcionam como ponto de integração entre a vítima e os diversos serviços públicos de apoio: desde a perícia médica, o acolhimento psicológico, até o encaminhamento para a assistência jurídica. O atendimento integrado e acolhedor não só agiliza o processo de cuidado e justiça, mas também reforça a mensagem de que a vítima não está sozinha. Fazendo com que haja fortalecimento da rede de proteção, que é um passo importante para a construção de uma sociedade mais solidária, em que as vítimas de violência saibam que estão com a assistência necessária para superar o ciclo de abuso e buscar a reparação legal.

3.9. Em um contexto social mais amplo, as salas de atendimento à mulher também se insere em um movimento de promoção dos direitos humanos, focando especialmente na luta pela igualdade de gênero. Em um país como o Brasil, onde as estatísticas de violência contra mulheres, crianças e adolescentes são alarmantes, isso representa um esforço para assegurar que essas vítimas tenham seus direitos respeitados e suas vozes ouvidas. Ao transformar um espaço tradicionalmente frio e impessoal em um local de acolhimento, reafirma-se o compromisso com a proteção dos direitos das vítimas e a responsabilização dos agressores.

3.10. O ambiente acolhedor e a abordagem humanizada têm impacto direto na saúde mental e no bem-estar da vítima e responsáveis. Traumas psicológicos decorrente da violência pode ter efeitos devastadores, afetando a autoestima, a saúde mental e a capacidade de a vítima reconstruir sua vida. Por isso, a estrutura das salas que atendem mulheres vítimas de violência vai além de uma simples mudança no ambiente físico, representa um esforço para minimizar as sequelas emocionais e psicológicas da vítima, proporcionando um espaço onde ela pode se sentir segura para reconstruir sua trajetória.

3.11. A estruturação dessas salas reforça a ideia de que os direitos das mulheres devem ser respeitados e protegidos, principalmente em situações de violência.

3.12. Assim, o projeto pretende a equipar adequadamente todas as salas que possuem atendimento a mulheres - salas de exames, salas de acolhimento, psicologia forense, psiquiatria forense, sexologia forense, traumatologia forense - nas 4 Unidades da Perícia Criminal no RN (Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros), com a intenção de proporcionar um ambiente confortável e adequado às mulheres atendidas.

3.13. O objeto da contratação está previsto no [Plano de Contratação Anual 2026](#), conforme o detalhamento a seguir:

ID PCA no PNPC: 00498299000156-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 20/05/2025

ID do item no PCA: 25, 26, 27, 28, 29

Classe/Grupo: 7010 - COMPUTADORES; 7490 - MÁQUINAS DIVERSAS PARA ESCRITÓRIO; 6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO

Identificador da Futura Contratação: 925535-52/2026

3.14. Dessa forma, certifica-se que o objeto da presente contratação está no Plano de Contratação Anual 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS DE NEGÓCIO

4.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, conforme o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que ele visa atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de

negócio que conduzirão as análises de soluções e a definição da solução mais adequada para atender a tais objetivos organizacionais, conforme descrito a seguir:

- a) Atender às demandas de TIC, direcionadas aos projetos e políticas da Polícia Científica do Rio Grande do Norte (PCI/RN), em especial aquelas que exigem maior capacidade de processamento e mobilidade, como é o caso dos equipamentos de informática para setores que lidam com o público em questão.
- b) Assegurar que os equipamentos possuam garantia e suporte técnico ao longo de sua vida útil, garantindo o pleno funcionamento e a continuidade das operações da PCI/RN, sem interrupções causadas por falhas de hardware, o que é essencial para a manutenção da eficiência dos serviços prestados.
- c) Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais periciais e administrativas voltadas para a instituição. Tratam-se de equipamentos com capacidades tecnológicas adequadas para suportar tanto as atividades de rotina quanto os softwares especializados utilizados pela PCI/RN, como ferramentas de gestão de laudos e análises periciais.
- d) Prover apoio computacional à continuidade dos serviços desenvolvidos pela PCI/RN, conforme o princípio da Continuidade do Serviço Público, que estabelece que o Estado, como detentor dos bens e interesses públicos, deve assegurar a prestação ininterrupta dos serviços. A aquisição de equipamentos modernos garantirá que o órgão não sofra com interrupções devido a problemas com equipamentos obsoletos.

REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

REQUISITOS LEGAIS

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

REQUISITOS MANUTENÇÃO

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

REQUISITOS TEMPORAIS

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

- 4.7.1. Os equipamentos devem estar aderente à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 4.7.2. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável - em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 01/2019/SGD - a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

REQUISITOS DA ARQUITETURA TECNOLÓGICA

4.8. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

TABLET

- **Tela**
 - Tamanho: superior a 10 polegadas
 - Resolução: Full HD (1920 x 1200) ou superior
 - Taxa de atualização: Mínimo de 90 Hz
- **Memória**
 - RAM: Mínimo de 8 GB
- **Armazenamento**
 - Interno: 128 GB ou superior
 - Externo (MicroSD): 500 GB ou superior
- **Processador**
 - Tipo: Android 14 ou superior
- **Câmeras**
 - Resolução: 8 MP ou superior
- **Conectividade**

- Padrões: Wi-Fi, 5G e Bluetooth
 - **Sistema Operacional**
 - Tipo: Proprietário
 - **Bateria**
 - Autonomia: 8 horas de uso moderado
 - Carregamento rápido: Mínimo de 30 W com fio
 - **Acessórios Incluídos**
 - Caneta touch compatível
 - Capa protetora
 - Carregador
 - **Garantia**
 - Prazo: 36 meses
 - **Referência**
 - Modelo: Samsung Galaxy Tab S9 FE Wifi
-

NOTEBOOK

- **Processador**
 - Desempenho mínimo: Average CPU Mark de 16.000 pontos
 - Memória Cache: Mínimo de 4 MB
 - Núcleos: 4 ou mais
 - **Tela**
 - Tamanho: 14 polegadas ou superior
 - Interatividade: Sem interatividade
 - **Memória**
 - RAM: 8 GB ou superior
 - **Armazenamento**
 - HDD: Não incluído
 - SSD: 500 GB ou superior
 - **Bateria**
 - Autonomia: 12 horas de uso moderado
 - **Alimentação**
 - Tipo: Bivolt automática
 - Acessório incluso: Cabo de alimentação
 - **Sistema Operacional**
 - Tipo: Proprietário - Windows 11 PRO
 - **Teclado**
 - Padrão: ABNT2
 - **Conectividade**
 - Wi-Fi
 - Bluetooth
 - USB-C
 - HDMI
 - USB
 - **Recursos Adicionais**
 - Webcam integrada
 - **Garantia**
 - Prazo: 36 meses
 - **Referência**
 - Modelo: ASUS Vivobook 15, Intel Core i5 12ª geração
-

IMPRESSORA LASER

- **Funções**

- Tipo: Multifuncional com função de fotocopiadora
 - **Tecnologia de Impressão**
 - Tipo: Digital a Laser
 - Cor: Preto
 - Velocidade: 22 páginas por minuto
 - Resolução: 600 x 600 DPI
 - **Conectividade**
 - USB 2.0
 - Wi-Fi
 - Porta paralela
 - **Compatibilidade**
 - Sistemas operacionais: Windows e outros
 - **Alimentação**
 - Tensão: 110/220 V
 - **Impressão Duplex**
 - Tipo: Automática
 - Vantagens: Economia de papel e facilidade de uso
 - **Tipos de Papel Suportado**
 - A4, A5, Carta, Ofício e Envelopes
 - **Garantia**
 - Prazo: 36 meses
 - **Referência**
 - Modelo: HP LaserJet Tank 2602sdw
-

MICROCOMPUTADOR

- **Processador**
 - Desempenho mínimo: Average CPU Mark de 16.000 pontos
 - Núcleos: 4 ou superior e arquitetura 64 bits
- **Memória**
 - RAM: 8 GB ou superior, padrão DDR4 ou superior.
- **Armazenamento**
 - HDD: Não incluído
 - SSD: 500 GB ou superior, preferencialmente em padrão NVMe
- **Monitor**
 - Tamanho: 23 a 24 polegadas,
 - FHD (1920x1080), 100 Hz, 16:9
 - WebCam integrada
- **Componentes Inclusos**
 - Teclado padrão ABNT2
 - Mouse óptico
 - Cabos de conexão do monitor
 - Cabo de energia
- **Sistema Operacional**
 - Tipo: Proprietário - Microsoft Windows 11 Professional, original e devidamente licenciado.
- **Conectividade**
 - USB
 - HDMI
 - Wi-Fi
 - Bluetooth
- **Gabinete**
 - Tipo: Ultracompacto
 - Com identificação externa por número de série único de fábrica.

- **Customização do Equipamento**
 - O gabinete deverá possuir identificação institucional permanente, mediante gravação a laser do brasão ou logomarca da instituição contratante diretamente no chassi do equipamento, realizada em processo industrial pelo fabricante ou integrador autorizado.
- **Certificações:**
 - O equipamento ou fabricante deverá possuir conformidade com normas internacionais de qualidade e segurança, tais como ISO 14001, IEC 60950 ou equivalente de segurança elétrica, IEC 61000 (compatibilidade eletromagnética) e certificação de emissão de ruído conforme ISO 7779 / ISO 9296, ou equivalentes.
- **Segurança de Hardware**
 - Deverá possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 integrado à placa-mãe, compatível com recursos de segurança do Windows 11, incluindo criptografia BitLocker e Secure Boot.
- **Placa-mãe e BIOS**
 - A placa-mãe deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas placas de fabricantes terceirizados comercializadas no mercado de varejo.
 - A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, com comprovação de propriedade intelectual ou copyright, compatível com o padrão UEFI versão 2.6 ou superior, permitindo configuração de segurança, atualização e gerenciamento corporativo.
- **Garantia**
 - Prazo: 36 meses
- **Referência**
 - Modelo: Dell OptiPlex Micro com Monitor Pro 24 Plus + Suporte MFS22

ESTABILIZADOR

- **Alimentação**
 - Tensão de entrada: 115/220 V (bivolt)
 - Tensão de saída: 115 V
 - Variação de saída: $\pm 6\%$
- **Componentes e Proteções**
 - Fusível: Rearmável
 - Proteção para linha telefônica
 - Frequência: 60 Hz
- **Tecnologia**
 - Tipo: Microprocessado RISC/Flash
 - Estágios de regulação: 8
- **Saídas**
 - Quantidade: 4 tomadas
 - Padrão: NEMA 5/15
- **Leitura de Rede**
 - Indicações: Rede normal, alta e baixa crítica
- **Normas Técnicas**
 - NBR 14373
- **Capacidade Nominal**
 - Valor: 1000 VA
- **Garantia**
 - Prazo: 36 meses

REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1. Quando solicitada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá replicar a imagem do disco rígido do equipamento configurado em todos os equipamentos a serem fornecidos.

REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1. O processo de entrega dos equipamentos deverá ser realizado pela CONTRATADA sob a supervisão da fornecedora em comunicação com o Gestor e Fiscal do contrato, a fim de dar conhecimento do andamento da

entrega dos bens no local definido.

4.10.2. A CONTRATADA deverá estar disponível via e-mail ou telefone para promover esclarecimentos do contratante.

REQUISITOS DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens é de no mínimo **36 (trinta e seis) meses** - ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior - contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.12. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.13. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, no Rio Grande do Norte, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

4.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.16. Uma vez notificado, o contratado ou a assistência técnica autorizada, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a realização do atendimento inicial.

4.17. No caso do atendimento ao chamado técnico não possa ser solucionado no prazo do item anterior, a CONTRATADA ou a assistência técnica autorizada, terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do Contratante para realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito.

4.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.19. Na hipótese do equipamento seja encaminhado a assistência técnica, esta deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante, serão aplicadas as penalidades previstas no Edital.

4.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.22. A garantia do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.23. Nos casos em que não for possível solucionar problemas remotamente e/ou por telefone, para fins de atendimento técnico presencial, a CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos máximos de solução estipulados neste documento, cuja contagem se iniciará a partir do registro da solicitação do serviço de assistência técnica.

4.24. Os danos provocados por imperícia ou negligência (comprovado mau uso) dos usuários estão compreendidos na hipótese de exclusão da garantia.

4.25. A movimentação dos equipamentos entre localidades NÃO exclui a garantia.

4.26. A garantia não será afetada caso a CONTRATANTE necessite instalar placas de rede locais, interfaces específicas para acionamento de outros equipamentos, adicionar unidade de disco rígido bem como alterar a capacidade de memória, ressaltando-se que a garantia desses opcionais adicionados será de total responsabilidade da CONTRATANTE.

4.27. A CONTRATADA deverá substituir definitivamente, por outro equipamento novo, de primeiro uso, com as mesmas especificações técnicas, ou superior, as do equipamento com defeito, no prazo máximo de até setenta e duas (72) horas, contado da notificação feita pela PCI-RN, o equipamento que durante a vigência da garantia for objeto de três (3) ocorrências da mesma natureza.

REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.28. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.29. O fornecimento dos equipamentos está condicionado à assinatura do Contrato.

4.30. A Ordem de Compra indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.31. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 10 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.32. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará

ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

4.33. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

- 4.33.1. Requisitos específicos de Segurança da Informação, sob o ponto de vista da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.
- 4.33.2. No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 1/2019. Guia disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaRequisitosdeSIparaContratacoesdeTI.pdf>).

SUSTENTABILIDADE

4.34. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.34.1. Priorizar a aquisição de equipamentos que possuam certificados de eficiência energética, como o **ENERGY STAR**, que garantem menor consumo de energia durante o uso e em modo de espera. A utilização de equipamentos energeticamente eficientes contribui para a redução do consumo de eletricidade, diminuindo o impacto ambiental e os custos operacionais.
- 4.34.2. Optar por equipamentos que contenham materiais recicláveis ou reciclados em sua fabricação, como plásticos ou metais reaproveitados. O uso de materiais reciclados reduz a demanda por matérias-primas virgens e minimiza a quantidade de resíduos sólidos gerados pela produção de novos dispositivos.
- 4.34.3. Exigir que os equipamentos atendam a normas e certificações ambientais, como a **RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, que limita o uso de substâncias perigosas em equipamentos eletrônicos. A conformidade com normas ambientais assegura que o produto é mais seguro para o meio ambiente e para a saúde dos usuários.
- 4.34.4. Priorizar equipamentos que possuam alta durabilidade, facilidade de manutenção e atualização de componentes, como memória RAM e armazenamento, de modo a prolongar sua vida útil. Equipamentos com maior durabilidade e capacidade de manutenção evitam a necessidade de substituição precoce, reduzindo a geração de resíduos eletrônicos e promovendo uma economia mais circular.

4.35. Ressalta-se que o órgão não possui Plano de Logística Sustentável, porém os itens acima consideram a logística como fator para a sustentabilidade das contratações.

SUBCONTRATAÇÃO

4.36. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.37. Não terá indicação de marca.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.38. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor total do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.39. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.40. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.41. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 4.42. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 4.42.1. 4 unidades regionais: Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, todas as cidades situadas no Estado do Rio Grande do Norte.
 - 4.42.2. A entrega será centralizada na Cidade de Natal/RN, porém a assistência técnica será realizada nos endereços abaixo, nas 4 cidades citadas:

Endereço	Cidade/UF
Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN	Natal/RN
Rua Vicente Fernandes, S/N - Aeroporto, Mossoró/RN	Mossoró/RN
Rua Severiano Alves, S/N - Bairro Samanaú, Caicó/ RN	Caicó/RN
Rua da Independência, S/N - Bairro Manoel Domingos - Pau dos Ferros/RN	Pau dos Ferros/RN

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestores e Fiscais Técnico do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Compra, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. **São obrigações da CONTRATADO:**

- 5.2.1. apresentar os dados bancários junto com a assinatura do Contrato, destacando a necessidade de informar o dígito verificador.
- 5.2.2. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.3. informar todos os dados da conta bancária que receberá o pagamento após a assinatura do contrato.
- 5.2.4. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.5. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.6. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.7. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.8. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.9. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.10. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.11. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

ROTINAS DE EXECUÇÃO

DO ENCAMINHAMENTO FORMAL DE DEMANDAS

- 6.1. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na Ordem de Compra e Termo de Referência.
- 6.2. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

FORMA DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 6.3. O prazo de entrega dos bens é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
- 6.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN, na nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte.

FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

- 6.8. Não será necessária a apresentação de exemplares para fins de comparação com os objetos a serem contratados.

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.9.1. Ordem de Compras;
- 6.9.2. Ofício;
- 6.9.3. Sistema de abertura de chamados;
- 6.9.4. E-mails;
- 6.9.5. Mensagens via Aplicativo de chat;
- 6.9.6. Ligações telefônicas.

FORMAS DE PAGAMENTO

6.10. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

6.13. No caso da necessidade de troca do disco rígido do equipamento por falha, ele deverá ficar de posse do CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade das informações nele contidas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

7.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

7.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

7.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

GESTOR DE CONTRATO

7.8. O gestor do contrato acompanhará o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, VI).

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, II).

7.10. O gestor do contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

7.11. O atual processo será fiscalizado pela seguinte equipe de servidores, conforme Notificação (32533302).

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.12. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos

critérios relacionados a seguir:

- 7.12.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).
- 7.12.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 7.12.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.
- 7.12.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
- 7.12.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.12.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.12.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.12.8. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.12.9. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência - situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento.
- 8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente - após a montagem e inspeção dos itens, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente - pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. A Equipe de Fiscalização do Contrato designada, no termo definitivo, realizará o atesto das notas fiscais
- 8.10. Para fins de recebimento e avaliação do objeto, além dos já informados, deverão ser observados critérios objetivos como:

a) Compatibilidade com as especificações.

b) Quantidades previstas.

- c) Atendimento ao prazo de entrega estipulado.
- d) Garantias dos objetos estipuladas neste Termo de Referência.
- e) Aspecto visual dos objetos.
- f) Conferência dos certificados e/ou certidões exigidas no momento da entrega.

LIQUIDAÇÃO

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Comissão de Recebimento Definitivo, após a conclusão do recebimento provisório pela Equipe de Fiscalização do Contrato, correrá o prazo de **10 (dez) dias** úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.13.1. o prazo de validade;
- 8.13.2. a data da emissão;
- 8.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.13.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.13.5. o valor a pagar; e
- 8.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

8.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para correção monetária.

8.23. Assim, adota-se, como índice de reajuste, o IPCA - índice de preços ao consumidor, para assegurar a legalidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, nos termos dos arts. 5º e 92 da Lei nº 14.133/2021.

FORMA DE PAGAMENTO

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.28.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, por **LOTE**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.16. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[\[A2\]](#)

9.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.21. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.22. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.27. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.30. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.33. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.34. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.35. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$I - \text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Termo de Referência 40599269 SEI 03910048.000309/2025-91 / pg. 16})$$

Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.36. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.38. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.39. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.40. As exigências relativas à qualificação econômico-financeira têm um papel fundamental nos processos de licitação e contratação pública. Elas permitem que a Administração Pública avalie a solidez financeira e a capacidade econômica das empresas proponentes, visando assegurar que estas possuam condições adequadas para cumprir com as obrigações contratuais. Essa avaliação é essencial para evitar a participação de empresas que, sem a devida responsabilidade ou respaldo financeiro, possam vencer um certame sem ter a capacidade real de executar o contrato até o fim.

9.41. A ordem econômico-financeira requerida visa verificar a capacidade financeira dos fornecedores de fornecer os materiais de forma consistente e confiável ao longo do tempo. Isso reduz o risco de interrupções no fornecimento devido a problemas financeiros e minimiza a possibilidade de fraudes ou fornecimentos inadequados que possam comprometer as operações das forças de segurança.

9.42. Portanto, a exigência de comprovação econômico-financeira é uma prática prudente e necessária para assegurar a execução eficiente e segura do contrato, protegendo o interesse público e promovendo a integridade e a confiabilidade do processo licitatório.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.43. Para comprovar o cumprimento da assistência técnica autorizada deverá ser apresentado a Declaração de assistência técnica autorizada própria ou terceirizada no presente no estado do Rio Grande do Norte.

9.44. O atestado pode ser por meio de:

9.44.1. Declaração do fornecedor indicando a empresa como autorizada a prestar suporte técnico e realizar manutenção dos equipamentos; ou

9.44.2. Declaração da própria licitante com comprovação da estrutura local para atendimento técnico.

9.45. A exigência da qualificação técnica justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos, assegurando suporte ágil e adequado durante o período de garantia. A presença local permite rapidez no atendimento, reduz o tempo de inatividade dos equipamentos em caso de falhas e facilita a logística de manutenção e substituição de peças. Trata-se de uma exigência técnica compatível com as obrigações contratuais, conforme previsto no inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, sendo medida razoável, proporcional e alinhada ao interesse público, sem configurar restrição indevida à competitividade.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 340.208,25** (trezentos e quarenta mil duzentos e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme tópico 1 deste Termo de Referência.

10.2. Ressalte-se que os preços unitários referenciais, as respectivas memórias de cálculo, os tratamentos estatísticos aplicados, bem como as informações relativas a potenciais fornecedores, estão devidamente detalhados na Pesquisa de Preços 39897301 e nos documentos 39913867 e 39913925.

11. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527

11.1. O art. 10 da IN nº 81/2022, dispõe que ao final da elaboração do Termo de Referência deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

11.2. Desta forma, tocante classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo, para todos os efeitos este Termo de Referência se enquadra como um documento público, não havendo restrições quanto a sua publicidade.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SESED.

12.2. A dotação orçamentária deverá ser informada pela SESED em momento oportuno.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

O presente documento foi elaborado com base no modelo de Termo de Referência - Compras de TIC- Lei nº 14.133/2021 - de Maio/2023 da AGU.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Ian da Silva Viganó
Matrícula: 244.925-0
Presidente

DO ACOLHIMENTO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

Marcos José Brandão Guimarães
Diretor Geral do **PCI/RN**

DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o presente Termo de Referência conforme subdelegação de competência contida no art. 1º, inciso II da Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2018.

Osmir de Oliveira Monte

Secretário de Estado Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN)



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS JOSE BRANDAO GUIMARAES, Diretor Geral**, em 10/04/2026, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **IAN DA SILVA VIGANÓ, Perito Criminal**, em 13/04/2026, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social**, em 13/04/2026, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40599269** e o código CRC **8B2E86F9**.



POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 03910048.000309/2025-91

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Trata-se de procedimento para aquisição de equipamentos de Informática, para equipar as salas de atendimento às mulheres vítimas de violência, contribuindo com o enfrentamento à violência contra mulher.

1.2. A Lei Complementar nº 571/2016 e a nº 669/2020 do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Científica do Rio Grande do Norte (PCI/RN), define que a função do órgão é:

"I - exercer, com exclusividade, as atividades de perícia oficial de natureza criminal;

II - exercer as atividades de identificação civil e criminal, necessárias à segurança pública, aos procedimentos pré-processuais e aos processos judiciais;

III - desenvolver estudos e pesquisas tendentes a aprimorar a qualidade dos exames periciais e de todos os procedimentos compreendidos na área de atuação dos seus agentes;

IV - emitir, com exclusividade, a Carteira de Identidade civil no Estado do Rio Grande do Norte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 669/2020)

V - coordenar, controlar e supervisionar os trabalhos de perícia técnico - científica nas áreas de medicina legal, criminalística, identificação civil e criminal em apoio ao Poder Judiciário; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VI - congregar as atividades dos Institutos de Medicina Legal, de Criminalística e de Identificação; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VII - promover intercâmbios com instituições de ensino superior e outras instituições de pesquisa científica e tecnológica; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

VIII - estabelecer políticas de qualificação continuada e valorização profissional dos servidores do órgão, estimulando a convivência cidadã e o respeito ao funcionalismo público e à sociedade; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)

IX - exercer outras atividades correlatas, necessárias à aplicação da legislação penal e administrativa. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 669/2020)"

1.3. Logo, a PCI/RN é um órgão que presta serviços de segurança essenciais a população norte-riograndense de forma exclusiva, atendendo a mais de 3 milhões de pessoas por meio de 4 unidades regionais localizadas em Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. Dentre os serviços prestados pelo órgão, há atendimentos a mulheres vítimas de violências que estão passando por exames periciais no órgão.

1.4. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança, 47,4% das mulheres vítimas de violência não fizeram nada após o episódio mais grave de violência sofrido por ela, ou seja, não houve nenhum desdobramento após a agressão. Isso tem como uma provável consequência das vítimas, frequentemente, se verem deslocadas, desamparadas e expostas a ambientes que podem intensificar o sofrimento psicológico e emocional.

Assim, é necessário que haja espaços adequados para seus atendimentos, espera-se que haja redução dessa experiência de vulnerabilidade, ao proporcionar um ambiente mais seguro e acolhedor, contribuindo para que as vítimas possam relatar sua experiência sem medo de julgamento, e com o apoio necessário para lidar com o trauma. Este aspecto humanizado é essencial para a diminuição do estigma que muitas vítimas enfrentam ao buscar ajuda, já que a violência muitas vezes vem acompanhada de vergonha, culpa e medo.

1.5. A importância de um espaço adequada reflete um compromisso social com a dignidade, o respeito e o bem-estar das vítimas, trazendo uma visão sensível à necessidade de dar suporte emocional e psicológico a quem vivencia situações traumáticas, em contextos de violência doméstica, sexual ou de gênero, entre outros.

1.6. Esses espaços funcionam como ponto de integração entre a vítima e os diversos serviços públicos de apoio: desde a perícia médica, o acolhimento psicológico, até o encaminhamento para a assistência jurídica. O atendimento integrado e acolhedor não só agiliza o processo de cuidado e justiça, mas também reforça a mensagem de que a vítima não está sozinha. Fazendo com que haja fortalecimento da rede de proteção, que é um passo importante para a construção de uma sociedade mais solidária, em que as vítimas de violência saibam que estão com a assistência necessária para superar o ciclo de abuso e buscar a reparação legal.

1.7. Em um contexto social mais amplo, as salas de atendimento à mulher também se insere em um movimento de promoção dos direitos humanos, focando especialmente na luta pela igualdade de gênero. Em um país como o Brasil, onde as estatísticas de violência contra mulheres, crianças e adolescentes são alarmantes, isso representa um esforço para assegurar que essas vítimas tenham seus direitos respeitados e suas vozes ouvidas. Ao transformar um espaço tradicionalmente frio e impessoal em um local de acolhimento, reafirma-se o compromisso com a proteção dos direitos das vítimas e a responsabilização dos agressores.

1.8. O ambiente acolhedor e a abordagem humanizada têm impacto direto na saúde mental e no bem-estar da vítima e responsáveis. Traumas psicológicos decorrente da violência pode ter efeitos devastadores, afetando a autoestima, a saúde mental e a capacidade de a vítima reconstruir sua vida. Por isso, a estrutura das salas que atendem mulheres vítimas de violência vai além de uma simples mudança no ambiente físico, representa um esforço para minimizar as sequelas emocionais e psicológicas da vítima, proporcionando um espaço onde ela pode se sentir segura para reconstruir sua trajetória.

1.9. A estruturação dessas salas reforça a ideia de que os direitos das mulheres devem ser respeitados e protegidos, principalmente em situações de violência.

1.10. Assim, o projeto pretende a equipar adequadamente todas as salas que possuem atendimento a mulheres - salas de exames, salas de acolhimento, psicologia forense, psiquiatria forense, sexologia forense, traumatologia forense e recepções - nas 4 Unidades da Perícia Criminal no RN (Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros), com a intenção de proporcionar um ambiente confortável e adequado às mulheres atendidas.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGETI)	Ian da Silva Viganó

3. CERTIFICAÇÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA

3.1. O objeto da contratação está previsto no [Plano de Contratação Anual 2026](#), conforme o detalhamento a seguir:

ID PCA no PNPC: 00498299000156-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 20/05/2025

ID do item no PCA: 25, 26, 27, 28, 29

Classe/Grupo: 7010 - COMPUTADORES; 7490 - MÁQUINAS DIVERSAS PARA ESCRITÓRIO; 6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO

Identificador da Futura Contratação: 925535-52/2026

3.2. Dessa forma, certifica-se que o objeto da presente contratação está no Plano de Contratação Anual 2026.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deve cumprir todas os requisitos necessários ao atendimento da pretensão e atentando-se para:

PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE

4.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na ordem de compra e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

4.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, objetos com avarias ou defeitos;

4.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de contratação direta;

4.6. Os padrões de qualidade exigidos para essa contratação serão os usualmente exigidos no mercado, tais como: o material deverá ser novo, sem defeitos, de primeiro uso e condição de uso imediato.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.7. A contratante deverá observar os preceitos dispostos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (3ª ed., abril/2020), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.8. Ainda, com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

DURAÇÃO DO CONTRATO

4.9. Considerando tratar-se de aquisição, o contrato deverá ter vigência inicial de 12 meses; na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.10. Não se aplica.

SOLUÇÕES ENCONTRADAS NO MERCADO

4.11. Com o relatório de contratações elaborado por meio do Compras.gov, apresentando as últimas 50 contratações de cada item, comprova-se que há soluções de mercado existentes que possuem aptidão em atender aos requisitos especificados.

4.12. Assim, verifica-se que a solução pretendida e os requisitos eleitos são realmente indispensáveis e compatíveis com o mercado, não havendo necessidade de retirada ou flexibilização de requisitos. Além de se mostrar

suficiente especificação para atender às necessidades da Administração.

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

4.13. Não serão exigidas amostras dos itens em questão.

INDICAÇÃO DE MARCAS

4.14. Não será indicado marcas dos itens da presente contratação.

CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

4.15. Os bens objeto desta contratação não estão presentes no Catálogo Eletrônico de Padronização, como visto no site do [Catálogo de Eletrônico de Padronização](#).

4.16. Para considerar a padronização dos itens foi utilizado o Catálogo de Materiais do Governo Federal - CATMAT:

- 4.16.1. Tablet - CATMAT 487693
- 4.16.2. Notebook - CATMAT 618642
- 4.16.3. Impressora - CATMAT 615988
- 4.16.4. Microcomputador - CATMAT 622948
- 4.16.5. Estabilizador - CATMAT 324817

NATUREZA DO OBJETO

4.17. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133 e do Decreto nº 32.449/2023 (inciso II, do art. 80), por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.18. Os bens objeto desta contratação atendem ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

BEM DE LUXO:

4.19. Os objetos não se enquadra como bem de luxo de acordo com o art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021.

UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE PREÇOS

4.20. De acordo com o Decreto 11.462/2023, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preço para contratação de bens e serviços para a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal 14.133/21), apresenta em seu 3º artigo, critérios para a adoção do SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.21. Conforme apresentado, a aquisição dos itens em questão não atende às condições que recomendam o uso do SRP, uma vez que a necessidade identificada, não possui a previsibilidade de novas demandas para este item em curto prazo. A compra envolve uma quantidade previamente determinada e específica, sendo inviável a utilização do SRP, que é mais adequado para situações de aquisição contínua ou indeterminada.

4.22. Ademais, o uso do SRP requer procedimentos adicionais, tais como a realização de pesquisa de mercado para o registro de preços e a manutenção de uma ata de registro de preços, o que pode resultar em maior complexidade e dilatação dos prazos processuais, contrariando o princípio da eficiência previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, que orienta a administração pública a adotar medidas que assegurem a celeridade e a economicidade nos processos de contratação.

4.23. Portanto, a opção pelo não uso de SRP visa atender às necessidades de maneira mais ágil e eficiente, respeitando os princípios da Administração Pública e garantindo a adequação do procedimento às particularidades da demanda.

EXIGÊNCIA DA GARANTIA CONTRATUAL

4.24. Será exigido a garantia contratual pelas seguintes razões:

- 4.24.1. Primeiro, considera-se que há complexidade e vultuosidade na presente licitação, comprometendo o cumprimento das obrigações;
- 4.24.2. Segundo, a exigência da garantia impede que empresas que não possuam capacidade de cumprir com as obrigações expostas no contrato participem da licitação, assim, contribuindo para a eficácia da contratação;
- 4.24.3. Terceiro, a tal exigência tem reflexo na necessidade da garantia estendida e assistência técnica necessária ao equipamentos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 e do inciso II do art. 80 do Decreto nº 32.449/2023, os bens a serem adquiridos são de natureza comum e as especificações estabelecidas são usuais de mercado, cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e encontráveis facilmente

no mercado.

Considerando diferentes formas de suprir a necessidade dos equipamentos em questão, foram analisados dois cenários possíveis:

CENÁRIO 1	
DESCRIÇÃO	Aquisição dos equipamentos
FORNECEDOR	Fornecedor externo
ANÁLISE DO CENÁRIO	O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de aquisição dos equipamentos por meio de pregão eletrônico
Custo Total: R\$ 340.208,25	
A cotação dos valores totais para a aquisição via pregão encontra-se descrita na pesquisa mercadológica	

CENÁRIO 2	
DESCRIÇÃO	Locação dos equipamentos
FORNECEDOR	Fornecedor externo
ANÁLISE DO CENÁRIO	O presente cenário tem por objetivo a análise detalhada da viabilidade da locação de equipamentos para atender às demandas da Administração Pública. Ao examinar o custo mensal de locação dos equipamentos, de acordo com as condições de mercado, o valor estimado situa-se em torno de R\$ 200,00, considerando um equipamento cujas especificações se aproximem do objeto de interesse. Levando em consideração que o custo anual de um equipamento seria de R\$ 182.400 (76 x 200 x 12) e que a vida útil estimada desse bem é de aproximadamente três anos (período da garantia estabelecida), observa-se que o valor final da locação seria de (R\$ 547.200,00), resultando em um cenário menos favorável para a Administração Pública. Portanto, concluímos que a escolha do presente cenário não é recomendável, uma vez que se revela economicamente inviável.
Custo Total: R\$ 547.200,00	
Não foi realizada a cotação dos valores totais para a locação, visto a inviabilidade técnica e fática já exposta.	

5.2. Ainda, foram analisadas Atas de Registro de Preço de outros órgãos. Porém, as especificações, os valores e as quantidades não se encontraram adequadas à necessidade do órgão. Além de não ter sido encontrada Ata de Registro de Preço com os 5 itens pretendidos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

O item solicitado deve possuir as seguintes especificações técnica:

Lote	Item	Descrição	Especificações
	01	Tablet	<ul style="list-style-type: none">Tela: superior a 10"Memória Ram: Mínimo 8 GBArmazenamento Interno: 128 GB ou superiorArmazenamento Externo (MicroSD): 500 GB ou superiorProcessador: Android 14 ou superiorCâmeras: 8 MP ou superiorResolução de tela: Full HD (1920X1200) ou superiorTaxa de atualização de tela: mínimo de 60 HzConectividade: Wi-Fi / 5g / BluetoothSistema Operacional: ProprietárioBateria: Autonomia de 8 horas de uso moderadoCarregamento rápido: no mínimo 25 W com fioIncluído caneta <i>touch</i> compatível e capa protetoraIncluído CarregadorGarantia: 36 mesesCertificação da Anatel (para dispositivos com 4G/5G e Wi-Fi)Certificação INMETRO (quando aplicável)Conformidade com normas internacionais (CE, FCC ou equivalente)O fabricante deverá possuir atuação consolidada no mercado nacional ou internacional, com linha ativa de produção e suporte técnico documentado.Ficha técnica oficial do fabricanteManual em portuguêsReferência: Tablet Samsung Galaxy Tab S9 FE Wifi
			<ul style="list-style-type: none">Processador com no mínimo <i>Average CPU Mark</i> de 14000 pontos.Tela: 14" ou superiorInteratividade Da Tela: Sem InteratividadeMemória Ram: 8 GB ou superiorNúcleos Por Processador: no mínimo 4 núcleos e 8 threads

02	Notebook	<ul style="list-style-type: none"> • Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB • Armazenamento Ssd: SSD de no mínimo 512 GB • Bateria: Autonomia mínima de 8 horas em uso típico (ou equivalente declarado pelo fabricante) • Alimentação: Bivolt Automática, com cabo de alimentação incluso • Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Pro, original e licenciado • BIOS original do fabricante • Compatibilidade com drivers oficiais • Equipamento novo (sem recondição) • Teclado: Padrão ABNT2 • Conectividade: Wi-Fi 5 (802.11ac) ou superior, Bluetooth • No mínimo: 1 porta USB-C, 2 portas USB-A e 1 porta HDMI • Webcam • Garantia mínima de 36 meses, com atendimento on-site ou em rede autorizada no Brasil • Comprovação de rede de assistência técnica autorizada no Brasil • Referência: Notebook ASUS Vivobook 15, Intel Core i5 12a geração, 8GB, 512GB SSD, Windows 11 Home, 15,6" LED FHD, Quiet Blue
03	Impressora Laser	<ul style="list-style-type: none"> • Fotocopiadora Impressora Tipo: Digital • Padrão Cor Impressão: Preto • Processo Impressão: Laser • Capacidade Impressão: no mínimo 30 PPM • Memória mínima de 128 MB • Resolução: mínima de 600 X 600 DPI • Padrão Conectividade: USB, Wi-Fi e interface de rede Ethernet • Compatibilidade: Windows e outros • Tensão Alimentação: 110/220 V • Impressão Duplex (frente e verso): Automática, proporcionando economia de papel e facilitando a impressão de documentos frente e verso de forma eficiente. • Tipo de Papel Suportado: Suporta tamanhos A4, A5, Carta, Ofício e Envelopes. • Capacidade mínima mensal de 20.000 páginas • Garantia mínima de 36 meses com suporte técnico em território nacional e rede autorizada • Referência: Impressora Multifuncional HP LaserJet Tank 2602sdw
04	Microcomputador	<ul style="list-style-type: none"> • Processador: com desempenho mínimo equivalente a Average CPU Mark de 14.000 pontos, aferido pela base de dados pública do PassMark CPU Benchmark, ou superior. Deverá possuir mínimo de 4 (quatro) núcleos físicos, arquitetura 64 bits, suporte a virtualização por hardware e compatibilidade com tecnologias de gerenciamento corporativo. • Memória Ram: 8 GB ou superior, padrão DDR4 ou superior. • Núcleos Por Processador: 4 ou superior • Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB • Armazenamento Ssd: 500 GB ou superior, preferencialmente em padrão NVMe • Monitor: 23 a 24", resolução Full HD (1920x1080), proporção 16:9, taxa de atualização mínima de 60 Hz, entrada HDMI. • Componentes Adicionais: Com teclado padrão ABNT2, mouse óptico, cabos necessários para conexão do monitor e cabo de energia. • Sistema Operacional: Proprietário - Microsoft Windows 11 Professional, original e devidamente licenciado. • Conectividade: Portas USB, saída HDMI, conectividade Wi-Fi integrada e Bluetooth integrado. • Segurança de Hardware: Deverá possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 integrado à placa-mãe, compatível com recursos de segurança do Windows 11, incluindo criptografia BitLocker e Secure Boot. • Placa-mãe e BIOS: A placa-mãe deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, não sendo aceitas placas de fabricantes terceirizados comercializadas no mercado de

			<p>varejo.</p> <p>A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, com comprovação de propriedade intelectual ou copyright, compatível com o padrão UEFI versão 2.6 ou superior, permitindo configuração de segurança, atualização e gerenciamento corporativo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 36 meses on-site • Gabinete: Ultracompacto ou SFF (Small Form Factor), adequado para ambientes corporativo. • Certificações: O equipamento ou fabricante deverá possuir conformidade com normas internacionais de qualidade e segurança, tais como ISO 14001, IEC 60950 ou equivalente de segurança elétrica, IEC 61000 (compatibilidade eletromagnética) e certificação de emissão de ruído conforme ISO 7779 / ISO 9296, ou equivalentes. • Referência: OptiPlex Micro + Monitor Dell Pro 24 Plus + Suporte All-In-One para OptiPlex Micro – MFS22
	05	Estabilizador	<ul style="list-style-type: none"> • Potência nominal mínima: 500 VA • Tensão de entrada: bivolt automático (115/220 V) • Tensão de saída: 115 V • Frequência: 60 Hz • Tecnologia: microprocessado (RISC/Flash ou equivalente) • Regulação de tensão: mínimo de 6 estágios de regulação automática • Variação de saída: $\pm 6\%$ • Número de tomadas: mínimo de 4 tomadas padrão brasileiro (NBR 14136) • Filtro de linha interno, com proteção contra surtos e ruídos elétricos • Proteções elétricas mínimas: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Sobretensão e subtensão ◦ Sobrecarga ◦ Curto-circuito ◦ Surtos de tensão (descargas elétricas) • Fusível: rearmável ou substituível • Sinalização: indicadores visuais de funcionamento (rede normal, alta e baixa tensão) • Normas técnicas: atendimento à NBR 14373 ou equivalente • Aplicação: adequado para uso com equipamentos de informática (computadores, impressoras e notebooks) • Garantia mínima: 36 meses

6.2. Com o objetivo de assegurar a qualidade, confiabilidade e durabilidade dos equipamentos, bem como mitigar riscos de inexecução contratual, serão exigidos requisitos mínimos de certificação, homologação, garantia e suporte técnico, incluindo homologação pela ANATEL, garantia mínima de 36 meses com assistência técnica no território nacional, além da apresentação de documentação técnica oficial do fabricante. Tais exigências não configuram restrição à competitividade, mas sim medida necessária à seleção de proposta mais vantajosa e à proteção do interesse público.

6.3. ENTREGA DOS ITENS

6.4. Os bens devem ser entregues de forma conjunta e única nos endereços das regionais em até **90 (noventa) dias** corridos contados a partir da assinatura do contrato.

6.5. Locais de entrega:

Endereço	Cidade/UF
Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN	Natal/RN

6.6. O horário da entrega é: de segunda à sexta-feira, no horário de 8:00 às 14:00.

6.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação

6.8. GARANTIA DO PRODUTO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.8.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo **36 (trinta e seis) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante.

6.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, por meio de

assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 6.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 6.12. Os equipamentos deverão vir acompanhados dos respectivos certificados de garantia e manuais de operacionalização e regulagem.
- 6.13. Os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada, permanente, durante todo o período de garantia.
- 6.14. Os chamados para assistência técnica deverão ser abertos através de e-mail ou sistema próprio de abertura de chamados fornecido pela contratada.
- 6.15. A contratada terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da abertura do chamado técnico, para iniciar a assistência técnica.
- 6.16. A assistência técnica deverá ser prestada mediante manutenção corretiva de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a secretaria.
- 6.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 6.18. A contratada prestará os serviços de assistência técnica, sem ônus para a contratante, durante o período de garantia, em dias úteis, no horário das 08 às 14:00 horas, no endereço abaixo:

Endereço	Cidade/UF
Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN	Natal/RN
Rua Vicente Fernandes, 1184, Aeroporto, Mossoró-RN	Mossoró/RN
Rua Severiano Alves da Costa, S/N, Samanaú, Caicó-RN	Caicó/RN
Rua Uriel Fernandes da Silveira, S/N, Manoel Domingos, Pau dos Ferros-RN	Pau dos Ferros/RN

- 6.19. Uma vez notificada, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação pela contratada.
- 6.20. O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo contratante.
- 6.21. Na hipótese mencionada, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 6.22. A garantia contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 6.23. Serão da exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal incumbido da substituição do equipamento, bem como das despesas relacionadas com a assistência técnica dentro do período de garantia.
- 6.24. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 6.25. O fim da vigência do Contrato não exonera a CONTRATADA do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/90, e alterações – Código de Defesa do Consumidor.

EXIGÊNCIA DAS QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 6.26. A presente contratação irá exigir a assistência técnica e garantia dos produtos in loco.
- 6.27. Dessa forma, exige-se a comprovação de assistência técnica local por meio de um atestado ou certificado da assistência técnica autorizada no Rio Grande do Norte.
- 6.28. O Termo de Referência trará detalhes das exigências para qualificação técnica.

EXIGÊNCIA DAS QUALIFICAÇÕES ECONÔMICAS

- 6.29. A presente contratação exigirá, além do fornecimento dos itens, manutenção corretiva em 4 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, com a assistência técnica e garantia dos produtos in loco.
- 6.30. Assim, a contratada necessitará ter uma saúde econômica-financeira que possibilite o cumprimento das exigências.
- 6.31. O Termo de Referência trará detalhes das exigências para qualificação econômica.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. Para estimar os quantitativos foi analisado a Planta da Nova Sede da PCI/RN (SEI. 33126218), verificando quais são os espaços que terão atendimento a vítimas mulheres. Já os quantitativos para as regionais, foram realizadas reuniões com cada Unidade Regional para levantamento das necessidades e quantidades de postos de trabalho presentes em cada setor, conforme relatórios 39175600, 39175648 e 39175705 anexados ao processo. Ademais, destaca-se que a demanda global por microcomputadores está devidamente fundamentada no Relatório 39175705.

7.2. Dessa foram, detectados os seguintes quantitativos de acordo com as necessidades:

Regional	Setor	Tablet	Notebook	Impressora	Microcomputador	Estabilizador
Natal	Recepção 1			1	2	1
	Sala de acolhimento				2	1
	Sala de traumatologia			1	4	2
	Sexologia Forense	4			2	1
	Psicologia Forense			1	6	3
	Psiquiatria Forense			1	2	1
	Recepção 2				2	1
	Sala atendimento odontologista	1			1	1
	Sala atendimento médico legista	1		1	1	1
Mossoró	Sala de acolhimento			1	1	1
	Sala de atendimento			1	2	2
	Sala de exames				2	1
	Sala da Psicologia e Psiquiatria Forense		1		1	1
	Recepção Psicologia e Psiquiatria forense			1	1	1
Caicó	Sala de acolhimento				1	1
	Sala de atendimento			1	1	1
	Sala de exames				1	1
Pau dos Ferros	Recepção			1	1	1
	Sala de exames				1	1
	Sala da Sexologia Forense				1	1
Total		6	1	10	35	24

7.3. Dessa forma, considerou-se o seguinte quantitativo por item:

Item	Bens	Quantitativo
01	Tablet	06
02	Notebook	01
03	Impressora	10
04	Microcomputador	35
05	Estabilizador	24

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor global estimado da presente contratação é de **R\$ 340.208,25** (trezentos e quarenta mil duzentos e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme pormenorizadamente exposto na Pesquisa Mercadológica e como representado na Tabela abaixo.

Lote(s)	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Tablet	Unidade	06	R\$ 4.652,87	R\$ 27.917,24
	2	Notebook	Unidade	01	R\$ 7.925,50	R\$ 7.925,50
	3	Impressora	Unidade	10	R\$ 3.708,37	R\$ 37.083,67
	4	Microcomputador	Unidade	35	R\$ 7.430,91	R\$ 260.081,85
	5	Estabilizador	Unidade	24	R\$ 300,00	R\$ 7.200,00
VALOR TOTAL DE CUSTEIO				R\$ -		
VALOR TOTAL DE INVESTIMENTO				R\$ 340.208,25		
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO				R\$ 340.208,25		

8.2. Atesta-se que foram seguidas as diretrizes do normativo que versa sobre o tema para elaboração da análise crítica para a estimativa de preços, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

8.3. Em síntese, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral foi realizada mediante a utilização do seguinte parâmetro:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.

8.4. Mais detalhes sobre a análise dos valores de referência estão contidos no documento da Pesquisa de Preços (39897301).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto constitui regra nas licitações públicas, sendo, no entanto, obrigatório apenas quando demonstrado que tal medida representa vantagem para a Administração, em conformidade com o princípio constitucional da eficiência e a busca pela economicidade no gasto público.

9.1. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA

Para decidir se a contratação deve ser divisível ou não, a análise deve observar o mercado fornecedor dos equipamentos (tablets, notebooks, impressoras, microcomputadores e estabilizadores) à luz de três critérios

amplamente aceitos na doutrina e na prática:

- (i) a viabilidade técnica e econômica do parcelamento;
- (ii) a manutenção de economia de escala; e
- (iii) o aprimoramento da competitividade e do aproveitamento do mercado.

Estudos sobre centralização das compras públicas apontam que a agregação de demanda em uma única contratação tende a gerar redução de preços unitários pelo aumento do poder de negociação e pela atração de maior competitividade entre fornecedores, graças às economias de escala geradas no pregão eletrônico. Esse efeito é descrito em pesquisas acadêmicas que associam centralização à redução significativa de custos nas aquisições governamentais, incentivando a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos.

9.2. VIABILIDADE TÉCNICA E DE GESTÃO

Apesar de tecnicamente possível dividir os cinco itens por sua natureza distinta, tal solução implicaria a celebração e a gestão de cinco contratos distintos, cada um com seus respectivos fornecedores e prazos de garantia e assistência técnica de 36 meses. Essa multiplicidade aumentaria a complexidade da gestão contratual, especialmente no acompanhamento de garantias, no acionamento de suporte e no controle de qualidade dos equipamentos nas unidades de Mossoró, Caicó, Natal e Pau dos Ferros, onerando a fiscalização administrativa.

9.3. VIABILIDADE ECONÔMICA E GANHO DE ESCALA

Economicamente, a centralização da aquisição em **lote único** tende a proporcionar ganhos de escala que viabilizam condições comerciais mais vantajosas, tais como:

- **redução de preços unitários**, pela maior quantidade demandada agregada em um único pregão;
- **diluição de custos logísticos**, sobretudo considerando a distribuição dos bens em diferentes localidades do estado;
- **redução de custos administrativos**, relacionados à emissão de ordens de compra, recebimento de materiais e fiscalização de contratos múltiplos.

Pesquisas empíricas mostram que processos centralizados de compras públicas podem reduzir **os preços pagos em cerca de 20% a 30% em comparação com compras descentralizadas**, em função do poder de barganha e das economias de escala geradas pela agregação de demanda.

Com base nesses percentuais de referência, estima-se que, em um valor hipotético de contratação de R\$ 1,0 milhão, a centralização poderia gerar uma **economicidade direta da ordem de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil**, além de ganhos indiretos, como aumento de competitividade e redução de custos de gestão.

9.4. LOGÍSTICA INTEGRADA E REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS

A adoção de um lote único favorece a **logística integrada**, permitindo a consolidação de remessas, otimizando o uso de transporte e recebimento, reduzindo o tempo de entrega nas unidades de Mossoró, Caicó, Natal e Pau dos Ferros, bem como diminuindo os custos relacionados à circulação, armazenamento e controle físico dos bens. A logística consolidada também facilita a padronização das rotinas de instalação e testes de funcionamento, reduzindo retrabalhos e demandas de suporte técnico descentralizado.

9.5. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Quanto à fiscalização do contrato, a concentração em lote único reduz a complexidade do acompanhamento, pois:

- centraliza-se a interlocução com um único fornecedor;
- simplifica-se a rastreabilidade das garantias de 36 meses;
- facilita-se a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações de assistência técnica.

Esses fatores permitem uma atuação mais eficiente da área de fiscalização, com menor risco de descumprimento contratual, atrasos e divergências de especificações.

9.6. COMPETITIVIDADE E APROVEITAMENTO DE MERCADO

A fragmentação do objeto em múltiplos lotes, em vez de ampliar a competitividade, pode **diluir o poder de negociação da Administração e reduzir a atratividade do certame** para empresas de maior porte com capacidade técnica para fornecer soluções completas em TI. Estudos sobre compras centralizadas no setor público indicam que a maior agregação de demanda pode ampliar a participação de fornecedores e, assim, oferecer condições mais vantajosas à Administração, sem restringir a ampla concorrência.

9.7. ORIENTAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

A assessoria jurídica da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social por meio da análise jurídica afirmou que se revela "insuficiente para conferir o grau de segurança jurídica exigido à opção pelo julgamento por lote único, sobretudo porque a escolha por agrupamento constitui medida excepcional, cuja adoção demanda demonstração objetiva e individualizada da vantajosidade da solução, da eventual perda de economia de escala e dos concretos prejuízos que adviriam da contratação por itens".

9.8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a **CONTRATAÇÃO POR LOTE , COM PARCELAMENTO**, representa a alternativa adequada para a contratação em questão.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação está relacionada com a inauguração do Complexo de Perícia Criminal do Rio Grande do Norte, prevista para o primeiro semestre de 2025.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. **ALINHAMENTO COM A POLÍTICA NACIONAL**

Objetivo(s) da PNSPDS: IV - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis.

Eixo: 2- Enfrentamento da violência contra a mulher.

Meta Geral: III - ampliação e aperfeiçoamento do atendimento às mulheres vítimas de violência em unidades de perícia criminal.

Ação(ões): Estruturar as salas de atendimentos a mulheres vítimas de violência.

Meta(s) Específica(s): Adquirir equipamentos de informática para PCI/RN.

11.2. **ALINHAMENTO COM A PESP/RN (PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA)**

Eixo(s): Eixo 01 – Questões e temas centrais no enfrentamento da violência, criminalidade, prevenção e resposta a incidentes no estado.

Ação(ões) Estratégica(s): Ação Estratégica 02 - Reduzir todas as formas de violência contra meninas e mulheres, qualificar e humanizar o atendimento e o acolhimento de vítimas.

Meta(s): Meta 04: Reduzir a taxa estadual de mortes violentas de mulheres para abaixo de 3 mortes por 100 mil mulheres até 2031.

Indicador(es): Indic_7 Quantitativo de mortes violentas de mulheres; Indic_8 Taxa de mortes violentas de mulheres.

11.3. **ALINHAMENTO COM O PPA SESED**

Programa: 1003 – Cidadania e Segurança Pública.

Objetivo: 158 - Fomentar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis.

Metas: 708 - Definir diretrizes para o atendimento humanizado aos cidadãos.

Iniciativa: 2246 - Aquisição de materiais e equipamentos voltados à execução das políticas de defesa das mulheres e minorias.

Subação: 325901 - Proteção às Mulheres e Minorias.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

Os resultados pretendidos são a adequação, estruturação e modernização do atendimento a mulheres vítimas de violência, permitindo que as periciandas sejam atendidas pela Polícia Científica de forma adequada, eficiente, célere, sem contribuir para desgastes emocionais além do ocorrido, e consequentemente, prestar um melhor serviço à população.

12.1. **RESULTADO PRETENDIDO EM TERMO DE ECONOMICIDADE**

12.1.1. A utilização de equipamentos de informática novos, modernos e atualizados contribuem significativamente para a eficiência operacional e a redução de custos a longo prazo. Equipamentos mais rápidos e eficientes possibilitam um desempenho melhor das atividades administrativas, reduzindo o tempo necessário para a conclusão de tarefas e aumentando a produtividade dos funcionários.

12.2. **RESULTADO PRETENDIDO EM TERMO DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

12.2.1. Com a utilização de equipamentos modernos, os servidores podem realizar suas tarefas de forma mais rápida e eficiente, o que permite um melhor aproveitamento do tempo e das habilidades dos recursos humanos. Isso possibilita que os profissionais dediquem mais tempo a atividades de maior valor agregado e menos tempo em tarefas operacionais repetitivas.

12.3. **RESULTADO PRETENDIDO EM TERMO DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

12.3.1. A implementação de equipamentos de informática modernos prolonga a vida útil dos equipamentos, minimizando a necessidade de manutenção e substituição frequente.

12.4. **RESULTADO PRETENDIDO EM TERMO DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS**

12.4.1. Embora haja um investimento inicial na compra dos equipamentos, a longo prazo, resulta em economia de recursos financeiros devido à redução de custos operacionais, menor necessidade de manutenção e maior eficiência no uso dos recursos disponíveis.

12.5. **RESULTADO PRETENDIDO EM TERMO DO SERVIÇO PÚBLICO OFERECIDO À SOCIEDADE**

12.5.1. A adequação dos ambientes para as perícias criminais com mulheres vítimas de violência têm impacto direto na saúde mental e no bem-estar da vítima e responsáveis. A estrutura das salas que atendem mulheres vítimas de violência representa um esforço para minimizar as sequelas emocionais e psicológicas da vítima, proporcionando um espaço onde ela pode se sentir segura para reconstruir sua trajetória.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Não haverá necessidade de capacitação de servidores para atuarem no recebimento e controle do material, tendo em vista que a instituição possui na sua estrutura de recursos humanos capacitados para operar tal demanda. Destaca-se, contudo, a necessidade de um canal de comunicação com a fornecedora do produto/serviço para a retirada de dúvidas e demais esclarecimentos de ordem técnica.

13.2. Outrossim, caberá ao Gestor do Contrato e seus Fiscais o apreço pela correta execução do contrato, bem como a observância às normas vigentes que doutrinam os procedimentos convergentes à presente contratação.

13.3. No que se refere à infraestrutura disponível para o recebimento e utilização dos equipamentos a serem adquiridos, esclarece-se que todos os ambientes destinados à sua instalação já dispõem de condições físicas, elétricas

e operacionais adequadas, não sendo necessárias adaptações estruturais ou elétricas adicionais, conforme detalhado a seguir:

Tablets:

Os tablets serão lotados e utilizados nos laboratórios e consultórios da nova Sede da Polícia Científica, unidade que apresenta elevado padrão construtivo, com rede elétrica estabilizada, cobertura de rede lógica e ambiente climatizado. Trata-se de dispositivos móveis, de baixa demanda energética e que não requerem instalações fixas, razão pela qual não há necessidade de qualquer adequação para sua utilização.

Notebook:

O único notebook a ser adquirido será instalado na sala de atendimento da unidade de Mossoró, destinando-se à substituição de equipamento já existente e em uso. Dessa forma, a infraestrutura atualmente disponível — rede elétrica, mobiliário e condições ambientais — permanece plenamente adequada, inexistindo necessidade de intervenções. Tal condição encontra-se atestada no Relatório de Demanda - Mossoró (39175648).

Impressoras:

As impressoras serão alocadas em setores administrativos que já utilizam equipamentos de mesma natureza, contando com pontos de energia, espaço físico apropriado e rede de dados instalada. Por se tratarem de equipamentos de uso comum e baixa complexidade de instalação, não demandam adequações prévias, conforme consignado nos Relatórios 39175600, 39175648 e 39175705.

Microcomputadores:

Os microcomputadores destinam-se à substituição de equipamentos antigos e obsoletos, mantendo-se os mesmos postos de trabalho já existentes. Assim, a estrutura física, elétrica e lógica atualmente utilizada continuará a ser empregada, sem necessidade de adaptações. A adequação dos ambientes encontra-se registrada nos Relatórios 39175600, 39175648 e 39175705. Ademais, para reforço da segurança operacional e proteção contra oscilações elétricas, estão sendo adquiridos estabilizadores no mesmo processo, assegurando maior integridade aos equipamentos.

Estabilizadores:

Os estabilizadores são dispositivos de instalação simples, conectados diretamente às tomadas existentes, não exigindo modificações na estrutura dos locais. Sua função é complementar, conferindo proteção elétrica aos demais equipamentos a serem adquiridos, contribuindo para a preservação do investimento público e para a continuidade dos serviços.

13.4. Dessa forma, verifica-se que os ambientes destinados aos equipamentos já se encontram plenamente aptos ao seu recebimento e funcionamento, não havendo necessidade de obras, adaptações técnicas ou investimentos adicionais em infraestrutura.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não há previsão de possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, entretanto, cumpre ressaltar que é obrigação do fornecedor possuir todas as licenças ambientais e de funcionamento, caso necessárias, convergentes à sua atividade comercial e a região de instalação de seu parque industrial.

14.2. Desta forma, busca-se garantir que o possível fornecedor atue em conformidade a todos os normativos que envolvem a temática, mitigando a probabilidade de empresas não sustentáveis participarem do certame.

15. JUSTIFICATIVA À PRESENÇA DOS INCISOS DO ETP

15.1. A apresentação de justificativa em relação ao art. 18, parágrafo 2º da Lei 14.133/2021 é dispensada, haja vista que o presente ETP contém todos os itens obrigatórios estipulados por essa norma legal.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

16.1. Esta equipe de planejamento declara viável a contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar 39914022. Com o objetivo de fornecer embasamento sólido à essa decisão citam-se os seguintes aspectos:

1. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Com vistas à modernização do parque tecnológico da Polícia Científica do Rio Grande do Norte (PCI/RN), foram avaliadas diferentes alternativas para a aquisição de **tablets, notebooks, microcomputadores, impressoras e estabilizadores**, tendo como objetivo garantir maior eficiência na execução dos serviços forenses, administrativos e de acolhimento à população.

Modalidades de aquisição consideradas:

- **Leasing (locação com opção de compra):**

Embora permita diluição de custos ao longo do tempo, essa modalidade representa, ao final do ciclo contratual, um dispêndio superior à aquisição direta, além de limitar a flexibilidade de gestão patrimonial.

- **Contratação de serviços com fornecimento de equipamentos:**

Alternativa considerada de difícil execução, especialmente em razão da natureza crítica e especializada dos serviços periciais e administrativos, que requerem controle direto sobre os dispositivos e os dados processados.

- **Aquisição direta via licitação - modalidade pregão eletrônico (ESCOLHIDA):**

Optou-se por essa modalidade por possibilitar ampla competitividade, transparência e economicidade, especialmente em se tratando de bens comuns sob o ponto de vista técnico, conforme dispõe o art. 28, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A utilização do pregão eletrônico assegura maior participação de fornecedores, maior publicidade do certame e, conseqüentemente, maior possibilidade de obtenção de propostas vantajosas.

2. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DE AQUISIÇÃO ESCOLHIDA

A escolha pela **aquisição direta dos equipamentos mediante licitação na modalidade pregão eletrônico** justifica-se pela natureza dos bens a serem contratados e pelos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da economicidade, eficiência, impessoalidade e publicidade.

Os **tablets, notebooks, microcomputadores, impressoras e estabilizadores** configuram-se como **bens comuns**, cuja definição técnica, embora especializada, não exige julgamento subjetivo de propostas, estando plenamente contemplada na forma objetiva de disputa que o pregão eletrônico proporciona.

A modalidade foi escolhida com base nos seguintes critérios:

Natureza dos bens – Bens comuns

Conforme disposto no **art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021**, entende-se por bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado. Todos os itens listados se enquadram nessa definição.

Maior economicidade

O pregão eletrônico, nos termos do **art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, é indicado para contratações que envolvam ampla concorrência, o que tende a maximizar a eficiência da alocação de recursos públicos e a obtenção do menor preço global.

Publicidade e alcance nacional

A escolha do pregão na forma eletrônica permite ampla divulgação do certame e a participação de fornecedores de todo o território nacional, garantindo maior competitividade e transparência, conforme orientações da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020**.

Facilidade de operacionalização

A plataforma do **Compras.gov.br** viabiliza todas as etapas do pregão eletrônico com segurança e rastreabilidade, sendo compatível com a natureza dos recursos a serem utilizados, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Razoabilidade e aderência à finalidade pública

A escolha se coaduna com o planejamento institucional do PCI/RN e com a lógica de investimentos em infraestrutura tecnológica recomendados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que fortalece a regularidade e legitimidade da contratação.

Em síntese, a opção pelo **pregão eletrônico** representa a alternativa mais eficiente, isonômica e transparente para atender aos objetivos do PCI/RN com a **renovação do parque tecnológico**, garantindo a prestação de um serviço público pericial mais ágil, seguro e moderno.

3. ADEQUAÇÃO LEGAL

A contratação em pauta está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**, em especial:

- Art. 11, inciso I: que impõe à Administração o dever de planejar suas contratações com vistas à eficiência.
- Art. 37, inciso XXI da CF/88: que exige licitação pública como regra para contratação com a Administração Pública.
- IN SEGES/ME nº 01/2019: que recomenda a substituição de equipamentos de TI com mais de cinco anos de uso para evitar comprometimento da produtividade e da segurança da informação.

Adicionalmente, a aquisição com recursos do **Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)** atende à Portaria MJSP nº 204/2021, que prioriza investimentos em tecnologia, infraestrutura e atendimento às vítimas de violência.

4. IMPACTOS ESPERADOS

a) Impacto para a sociedade (com destaque às mulheres vítimas de violência):

- **Acolhimento humanizado:** Equipamentos modernos permitirão maior agilidade e privacidade no atendimento às mulheres vítimas de violência nas salas especializadas.
- **Redução de tempo de espera:** A modernização das ferramentas de registro e emissão de documentos possibilitará maior celeridade nos procedimentos.
- **Fortalecimento da rede de proteção:** O uso de tecnologias atualizadas favorece a integração com bancos de dados e sistemas de atendimento à mulher, como o SINESP e o INFOPEN-Mulher.

b) Impacto para os servidores:

- **Melhoria nas condições de trabalho:** A substituição de equipamentos defasados contribui para maior fluidez nas rotinas laborais, menor esforço repetitivo e menos falhas operacionais.
- **Valorização profissional:** Disponibilizar ferramentas adequadas é parte fundamental da política de valorização do servidor e de combate ao adoecimento ocupacional.
- **Maior produtividade e qualidade técnica:** Equipamentos atualizados permitem melhor execução de laudos e pareceres, com maior precisão e menor retrabalho.

5. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO (SUGESTÃO DE CRONOGRAMA)

Etapa	Período Previsto
Elaboração e abertura do processo	Abril a Maio de 2025
Lançamento do edital e pregão eletrônico	Entre Novembro de 2025 e Fevereiro de 2026
Julgamento e homologação	Entre Fevereiro de 2026 e Abril de 2026
Recebimento dos equipamentos	Entre Maio de 2026 e Junho de 2026
Distribuição e instalação	Entre Maio de 2026 e Junho de 2026

17. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**
- 17.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
18. **RESPONSÁVEIS:**

Ian da Silva Viganó
Matrícula: 244.925-0
Presidente

Diego Sabino Amorim de Araújo
Matrícula: 223.318-5
Integrante Requisitante

Luna Pimentel Mariano
Matrícula: 244.661-8
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SABINO AMORIM DE ARAUJO, Perito Criminal**, em 10/04/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luna Pimentel Mariano, Agente Técnico Forense**, em 10/04/2026, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **IAN DA SILVA VIGANÓ, Perito Criminal**, em 13/04/2026, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40599173** e o código CRC **02D83DBE**.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03910048.000309/2025-91

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
___/2025 - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA
DEFESA SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA
_____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 03910048.000309/2025-91 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de informática, nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Tablet	UNIDADE	06	R\$	R\$
02	Notebook	UNIDADE	01	R\$	R\$
03	Impressora	UNIDADE	10	R\$	R\$
04	Microcomputador	UNIDADE	35	R\$	R\$
05	Estabilizador	UNIDADE	24	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FORMA DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 3.6. O prazo de entrega dos bens é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
- 3.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.8. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN, na nova sede do Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio grande do Norte.

FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 3.9. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 3.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE

- 3.11. Não será necessária a apresentação de exemplares para fins de comparação com os objetos a serem contratados.

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

- 3.12. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 3.12.1. Ordem de Compras;
- 3.12.2. Ofício;
- 3.12.3. Sistema de abertura de chamados;
- 3.12.4. E-mails;
- 3.12.5. Mensagens via Aplicativo de chat;
- 3.12.6. Ligações telefônicas.
- 3.12.7. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

FISCALIZAÇÃO

- 3.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

- 3.14. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

- 3.14.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

- 3.14.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

- 3.14.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

GESTOR DE CONTRATO

- 3.15. O gestor do contrato acompanhará o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais

documentos relativos ao objeto contratado (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, VI).

3.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 47, II).

3.17. O gestor do contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

3.18. O atual processo será fiscalizado pela seguinte equipe de servidores, conforme Notificação (32533302).

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

3.19. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

3.19.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

3.19.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

3.19.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

3.19.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

3.19.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

3.19.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

3.19.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

3.19.8. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

3.19.9. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência - situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

LIQUIDAÇÃO

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias** úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do](#)

[art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.3.1. o prazo de validade;
- 6.3.2. a data da emissão;
- 6.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.3.5. o valor a pagar; e
- 6.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias** úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para correção monetária.

6.13. Assim, adota-se, como índice de reajuste, o IPCA - índice de preços ao consumidor, para assegurar a legalidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, nos termos dos arts. 5º e 92 da Lei nº 14.133/2021.

FORMA DE PAGAMENTO

6.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

6.18. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.18.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.19. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.20. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o

6.21. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

6.22. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) para correção monetária.

7.2. Assim, adota-se, como índice de reajuste, o **IPCA** - índice de preços ao consumidor, para assegurar a legalidade, a economicidade e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, nos termos dos arts. 5º e 92 da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MATRIZ DE RISCOS

10.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a Equipe de Fiscalização do Contrato sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

10.1.1. Após a notificação, a Equipe de Fiscalização do Contrato decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a Equipe de Fiscalização do Contrato poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

10.1.2. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

10.1.3. O reconhecimento pela Equipe de Fiscalização do Contrato dos eventos descritos no Termo de Referência que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

10.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

10.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

10.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

10.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

10.2.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

10.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

10.3. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Termo de Referência, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor total do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.

11.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

11.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

11.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

11.5.1. 4 unidades regionais: Natal, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, todas as cidades situadas no Estado do Rio Grande do Norte.

11.5.2. A entrega será centralizada na Cidade de Natal/RN, porém a assistência técnica será realizada nos endereços abaixo, nas 4 cidades citadas:

Endereço	Cidade/UF
Rua dos Campos, S/N, Felipe Camarão, Natal-RN	Natal/RN
Rua Vicente Fernandes, S/N - Aeroporto, Mossoró/RN	Mossoró/RN
Rua Severiano Alves, S/N - Bairro Samanaú, Caicó/ RN	Caicó/RN
Rua da Independência, S/N - Bairro Manoel Domingos - Pau dos Ferros/RN	Pau dos Ferros/RN

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.6.3. Indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	181	0301	1488	148801	0.713.000090	44.90.52	35 - Equip. de Informática e Processamento de Dados	

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	181	0301	1488	148801	0.713.000090	44.90.52	30 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO (ART. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE
Secretário Adjunto da SESED/RN
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura
CPF nº

Assinatura
CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **SALVIANO HENRIQUE LIRA DA SILVA, Policial Militar**, em 30/03/2026, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40366434** e o código CRC **1175E0B9**.

Referência: Processo nº 03910048.000309/2025-91

SEI nº 40366434